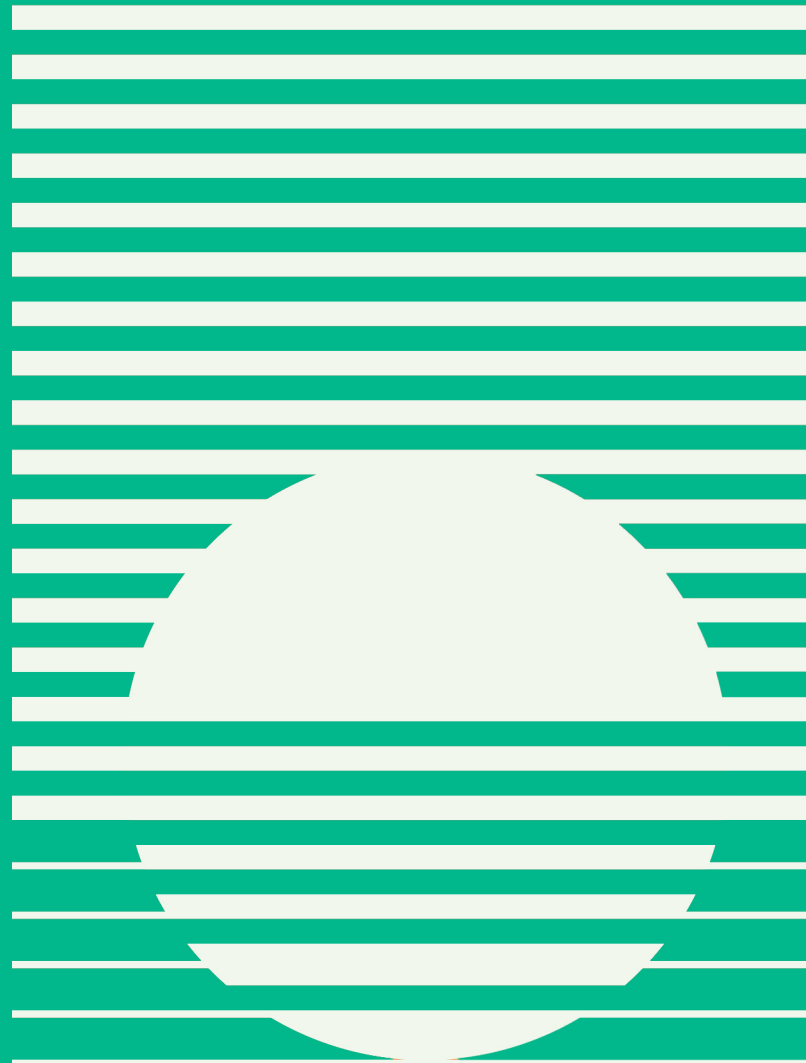


CONJUNTURA



LATITUDE
SUL



04
2023

CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos seguintes grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (NEAAPE e OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização de políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia e Rússia).

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

Corpo Editorial

Editora Executiva: Kethlyn Gabi Winter da Silva

Editor Adjunto: Felipe Vidal Benvenuto Alberto

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editoria de Redação: Amanda Pereira Pinto, Anna Karolinne de Holanda Ribeiro, Beatriz Santos, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Eduardo Morrot Coelho Madureira, Felipe Vidal Benvenuto Alberto, Fernanda Abreu, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Campbell, Guilherme France, Guilherme Queiroz, Isabella Pereira, Jefferson Nascimento, Johanna Larrubia Barreto, Kethlyn Winter, Maria Carolina Barreto, Marília Closs, Nathalia de Oliveira, Pedro Lange Netto Machado, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista, Tomás Paixão Borges

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

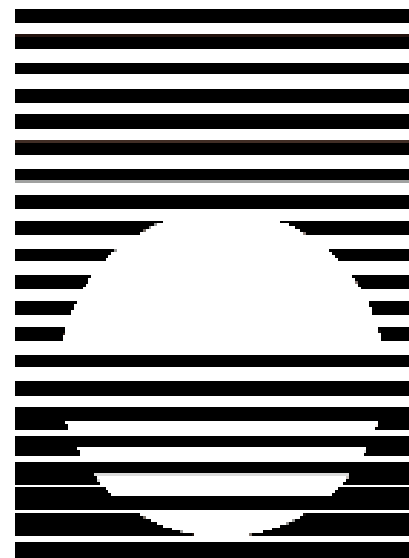
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Governo Lula retoma agenda de diplomacia presidencial
Brasil quita dívidas e amplia atuação junto a organismos internacionais

Página 05

Alberto Fernández anuncia que não vai concorrer à reeleição na Argentina
Argentina sedia a 2ª COP do Acordo de Escazú

Página 06

Bolívia avança cooperação bilateral com Brasil e Venezuela
Bolívia e Chile avançam na exploração de lítio

Página 07

Presidente colombiano pede reintegração da Venezuela à OEA e reformulação da Carta Democrática em discurso na organização
Petro promove trocas ministeriais em meio a tensão com ELN e aproximação com Venezuela

Página 08

Após ter moção de vacância negada, Dina Boluarte militariza a fronteira com Chile
Governo venezuelano reforça laços com parceiros internacionais

Página 09

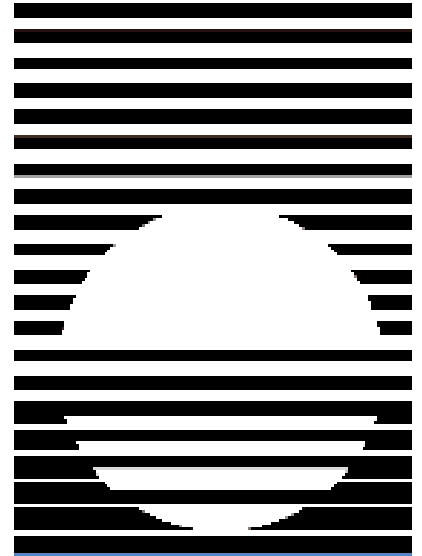
Conferência sobre a Venezuela ocorre em Bogotá
Partido Colorado se mantém no poder com eleição de Santiago Peña à presidência do Paraguai

Página 10

Chanceler russo realiza viagem estratégica à América Latina
China retoma diálogo com presidente ucraniano e nomeia enviado especial

Página 11

África do Sul ameaça se retirar do Tribunal Penal Internacional



Governo Lula retoma a agenda de diplomacia presidencial

Após ter adoecido e ser obrigado a adiar viagem à China planejada para ocorrer no final de março, o presidente Lula retomou a agenda da diplomacia presidencial com Pequim em visita oficial ao país asiático realizada entre os dias 12 e 15 de abril. Na ocasião, foram anunciados 20 acordos de cooperação envolvendo segmentos do setor público e privado de ambos os países, em áreas como facilitação de comércio, fontes renováveis de energia, indústria automotiva, agronegócio, linhas de crédito verde, tecnologia da informação, saúde e infraestrutura. Em reunião com o mandatário chinês Xi Jinping, Lula conversou sobre a proposta brasileira para a mediação do conflito na Ucrânia através da criação de “um clube de paz” composto por países neutros interessados em acabar com a guerra. Sobre esse assunto, quando já se preparava para deixar o país anfitrião, Lula fez declarações à imprensa que incomodaram as autoridades estadunidenses, ao dizer que era preciso que Washington “parasse de incentivar a guerra e começasse a falar em paz”. No mesmo dia que se despediu de Pequim, Lula viajou para os Emirados Árabes Unidos, onde entabulou conversações com o xeique Mohammed bin Zayed Al Nahyan. Do encontro, resultou a assinatura de dois memorandos de entendimento na área diplomática e ação climática, além da declaração conjunta dos chefes de Estado de ambos os países sobre a visita oficial e mudança climática. De volta ao Brasil, Lula recebeu, em 18 de abril, o presidente da Romênia, Klaus Werner Iohannis, para tratar de diferentes temas da agenda bilateral, com destaque para a cooperação nos campos político, ambiental, da agricultura e aeronáutica. No dia anterior, o chanceler brasileiro, Mauro Vieira, recebera no Itamaraty o ministro de relações exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, configurando a primeira visita do ministro russo ao Brasil desde 2019 e após a eclosão da guerra na Ucrânia. Mais uma vez, a iniciativa gerou grande descontentamento por parte das autoridades estadunidenses, que passaram a questionar a posição brasileira de neutralidade no conflito. Na sequência, Lula encerrou sua agenda diplomática fazendo uma viagem aos países da Península Ibérica entre os dias 22 e 26 de abril: primeiro a Portugal, onde se encontrou com o presidente português Marcelo Rebelo de Sousa e firmou 13 novos instrumentos de cooperação nas áreas de educação, energia,

geologia e minas, cooperação espacial, turismo, saúde, entre outras; e depois à Espanha, onde teve uma reunião com o rei da Espanha, Felipe VI, e com Pedro Sánchez, presidente do governo espanhol, daí resultando a assinatura de dois memorandos de entendimento nas áreas de educação (ensino superior universitário) e trabalho.

Fontes: [CNN Brasil](#), 15/04/2023; [Folha de S.Paulo](#), 15/04/2023; [Folha de S.Paulo](#), 15/04/2023; [Estadão](#), 17/04/2023; [CNN Brasil](#), 22/04/2023; [G1](#), 26/04/2023; [Ministério das Relações Exteriores](#), 30/04/2023.

Brasil quita dívidas e amplia atuação junto a organismos internacionais

Os Ministérios das Relações Exteriores (MRE) e do Planejamento e Orçamento informaram, no marco dos 100 dias do Governo Lula, que foram quitados aproximadamente R\$ 526 milhões referentes a dívidas do Brasil junto a organismos internacionais. As contribuições pagas se destinam à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), à Secretaria e ao Parlamento do MERCOSUL, ao Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (Focem), à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), à Organização Internacional para as Migrações (OIM), à Organização Mundial da Saúde (OMS), à Organização Internacional do Trabalho (OIT), à Organização Mundial do Comércio (OMC), à Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), ao Tribunal Penal Internacional (TPI), entre outros organismos internacionais. Em nota, o MRE salientou que tal ação contribuirá para aperfeiçoar as condições para a plena retomada da atuação brasileira na esfera internacional, que já vem sendo implementada. Ainda em abril, o embaixador brasileiro Antônio Guerreiro foi eleito para presidir o MTCR (Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis), instância de defesa da não-proliferação de armas nucleares. Guerreiro surgiu como o único nome de consenso, considerado equidistante aos dois lados do conflito envolvendo Rússia e Ucrânia. No mesmo mês, o Brasil apresentou a candidatura da Dra. Thelma Krug à presidência do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC). Caso sua eleição se confirme, Krug será a primeira mulher a presidir o IPCC. As eleições estão previstas para acontecerem entre 24 e 28 de julho de

2023 e, caso eleita, essa será também a primeira vez que um representante da América Latina ocuparia a presidência do órgão. Ainda em abril, o Governo Brasileiro propôs, para ser realizado em agosto, um encontro com países da Amazônia para debater ações climáticas. O objetivo central do encontro é reavivar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), além de definir o posicionamento da região sobre temas como desenvolvimento e crise climática.

Fontes: [Folha de S.Paulo](#), 04/04/2023; [Folha de S.Paulo](#), 06/04/2023; [Ministério das Relações Exteriores](#), 10/04/2023; [Ministério das Relações Exteriores](#), 10/04/2023.

Alberto Fernández anuncia que não vai concorrer à reeleição na Argentina

No dia 21 de abril, o presidente Alberto Fernández anunciou que passará a faixa presidencial para quem quer que tenha sido eleito legitimamente nas eleições deste ano, dando a entender que não tentará a reeleição. Com isso, o resultado do pleito se torna ainda mais imprevisível, tendo em vista que os três últimos mandatários estarão fora do páreo. Cristina Kirchner e Mauricio Macri já haviam declarado que não seriam candidatas. Kirchner, inclusive, foi condenada a seis anos de prisão e, nesta semana, sua defesa decidiu recorrer da decisão. Javier Milei, economista representante da extrema-direita, desponta como um dos favoritos na disputa, de acordo com as últimas pesquisas de intenção de voto. Nos bastidores, houve rumores de que, há algumas semanas, Milei teria convidado Macri para fazer parte da sua coalizão, o que causou turbulência no Juntos por el Cambio (JxC), agremiação de partidos de direita liderada pelo ex-presidente. Os potenciais candidatos do JxC são a ex-ministra da Segurança de Macri, Patricia Bullrich, e o atual prefeito de Buenos Aires, Horacio Larreta. No campo peronista, diversos nomes vêm sendo especulados, mas sem nenhum consenso aparente. Um dos possíveis pré-candidatos é o atual ministro da Economia Sergio Massa, porém a viabilidade da sua candidatura depende de uma melhoria nos indicadores econômicos, o que parece improvável no curto prazo. No início do mês, após o encontro de Fernández com Biden em Washington, o FMI aprovou a quarta renegociação da dívida argentina com a instituição e concedeu um empréstimo de US\$ 5,4 bilhões ao país em virtude

das dificuldades enfrentadas no momento por conta da grave seca, uma das piores da História do país. No entanto, o aporte financeiro não tem sido suficiente para amenizar a escassez de dólares, e o peso atingiu um novo recorde negativo. Diante disso, o governo argentino anunciou que vai usar o yuan nas transações comerciais com a China, para conseguir acumular mais reservas na moeda estadunidense e conter o aumento da inflação.

Fontes: [Bloomberg](#), 12/04/2023; [Infobae](#), 21/04/2023; [La Nación](#), 24/04/2023; [Pauta](#), 25/04/2023; [G1](#), 26/04/2023.

Argentina sedia a 2ª COP do Acordo de Escazú

Entre os dias 19 e 21 de abril, aconteceu em Buenos Aires, na Argentina, a Segunda Reunião da Conferência das Partes (COP 2) referente ao Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe, também conhecido como Acordo de Escazú. A COP2 contou com a presença de 15 delegações dos Estados Partes, 8 delegações de países observadores, 357 representantes da sociedade civil, 110 delegados dos governos e 74 representantes das Nações Unidas e organizações internacionais. Também houve a presença do presidente da Argentina, Alberto Fernández, que destacou a importância do Acordo e dos ativistas ambientais para o mundo. Este Acordo, que prescreve proteção legal para defensores do meio ambiente e dos direitos humanos, foi lançado em 2018 e entrou em vigor em abril de 2021. Atualmente, o acordo tem 15 países signatários da América Latina e do Caribe: Antígua e Barbuda, Argentina, Belize, Bolívia, Chile, Equador, Granada, Guiana, México, Nicarágua, Panamá, São Vicente e Granadinas, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia e Uruguai. O segundo encontro apresentou caráter extraordinário com a finalidade de eleger os primeiros integrantes para o Comitê de Apoio à Aplicação e ao Cumprimento, órgão subsidiário da Conferência das Partes, criado com o objetivo de promover a aplicação e apoiar as partes na implementação do Acordo, sendo “de caráter consultivo, transparente, não contencioso e não punitivo”. Como resultado das reuniões, os países participantes aprovaram uma declaração

política, a Declaração de Buenos Aires, em que se “destaca o papel dos direitos de acesso à informação, participação pública e acesso à justiça em assuntos ambientais e na promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável”. Ademais, foi celebrado o lançamento do Fundo de Contribuições Voluntárias, com o aporte financeiro do México e do Chile. No terceiro dia, a “Decisão II/1” oficializou a eleição dos membros do Comitê, sendo 7 nomes consagrados para participarem do órgão: Guillermo Eduardo Acuña (Chile); Mariana Blengio Valdés (Uruguai); Rita Leonete Joseph-Olivetti (Granada); Patricia Madrigal Cordero (Costa Rica); Andrés María Napoli (Argentina); Carole Denise Angela Stephens (Jamaica); e Félix Wing Solís (Panamá). Por fim, os discursos da COP2 reiteraram a necessidade de obter mais apoio ao Acordo e solicitou que países não signatários façam parte dele “o mais breve possível”. A próxima COP acontecerá em setembro de 2023 no Panamá e terá como objetivo avançar na elaboração de um plano de ação para a proteção dos defensores ambientais na região.

Fontes: [DW](#), 20/04/2023; [Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible de la República Argentina](#), 21/04/2023; [CEPAL](#), 24/04/2023; [Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible de la República Argentina](#), 25/04/2023; [Nações Unidas Brasil](#), 26/04/2023.

Bolívia avança cooperação bilateral com Brasil e Venezuela

No dia 20 de abril, o presidente da Bolívia, Luís Arce, e o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, assinaram 13 acordos bilaterais em reunião realizada em Caracas, na Venezuela. Os acordos marcam um avanço importante na relação diplomática entre os dois países, o que pode ser notado na presença de presidentes de estatais bolivianas e ministros de distintas pastas no encontro, entre eles o ministro da Saúde, Jeyzon Auza, e o ministro de Hidrocarbonetos, Franklin Molina. Entre os acordos assinados, destaca-se o projeto para compartilhamento de informações entre as empresas nacionais de petróleo e gás dos dois países, além de memorandos de entendimento nas áreas de cultura, educação e saúde. Nas palavras de Arce, a Bolívia é um “grande aliado” da Venezuela não apenas nos temas comerciais, mas também nos temas estratégicos, estruturais e de longo prazo.

Já para Maduro, os acordos constituem um passo importante para a retomada de um “caminho de construção de uma relação poderosa e integral” entre os dois países. O mês de abril também foi importante para o aprofundamento das relações bolivianas com o Brasil. No dia 28 de abril, os Ministérios das Relações Exteriores da Bolívia e do Brasil se reuniram em Brasília para tratar de diversos temas bilaterais. Na ocasião, o vice-ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Freddy Mamani, e a Secretária Geral do Itamaraty, Maria Laura da Rocha, debateram os principais projetos de cooperação entre os dois países, com destaque dado aos temas de cooperação fronteiriça, comércio e integração física. No plano regional, seguindo os discursos pró-integração latino-americana dos governos Lula e Arce, foi debatida a participação de ambos os Estados na Reunião de Presidentes dos Países da América do Sul e na Reunião de Cúpula da Amazônia, que serão realizadas, respectivamente, nos meses de maio e agosto no Brasil. Durante a visita ao país, Mamani também se encontrou com representantes do Ministério dos Povos Indígenas e destacou a importância de que o Brasil participe do Instituto Iberoamericano de Línguas Indígenas (IIALI), que já conta com a participação de outros 9 Estados da região. O órgão foi criado no ano passado com o objetivo de promover, preservar e revitalizar as línguas indígenas da América Latina e Caribe e tem sede no país andino.

Fontes: [Erbol](#); 20/04/2023; [El Deber](#), 20/04/2023; [El Deber](#), 21/04/2023; [Página Siete](#), 21/04/2023; [Prensa Latina](#), 21/04/2023; [Cancillería de Bolívia](#), 29/04/2023; [Página Siete](#), 29/04/2023.

Bolívia e Chile avançam na exploração de lítio

No mês de abril, a extração de lítio foi um tema importante para dois países sul-americanos: a Bolívia e o Chile. Na Bolívia, país que tem grandes quantidades de reserva do mineral, a lei de regulamentação da extração, que ainda está sendo tramitada no Congresso Plurinacional, teve novos desdobramentos. Rogelio Mayta, chanceler boliviano, se reuniu com Mark Wells, Subsecretário Adjunto do Escritório de Assuntos do Hemisfério Ocidental do governo dos Estados Unidos. O encontro tratou, entre outros temas, de possibilidades de comércio e cooperação. Bolívia e Estados Unidos

não têm embaixadores desde 2008 e, desde então, salvo intervalos específicos, a relação tem tensões. Por isto, o encontro entre Wells e Mayta é um marco importante, sobretudo por vir depois de tensões provocadas, no mês de março, por declarações de Laura Richardson, chefe do Comando do Sul dos Estados Unidos, com relação a interesses de seus país sobre o lítio boliviano. Vale lembrar que, ainda que a produção de lítio na Bolívia ainda esteja sendo regulamentada, a Yacimientos de Litio Bolivianos (YLB) já assinou, em janeiro de 2023, um acordo de cooperação com a empresa chinesa CATL BRUNP & CMOC (CBC), enquanto empresas estadunidenses e russas já demonstraram interesse em participar da exploração do recurso em solo boliviano. Por sua vez, no Chile, o presidente Gabriel Boric anunciou a Estratégia Nacional do Lítio no dia 20 de abril. O plano estipula a intenção de aumentar a regulação pública de todo o ciclo produtivo do lítio, tocando em temas como extração do minério, geração de produtos de valor agregado, reinvestimento, sustentabilidade e consulta a comunidades locais. Além disso, planeja-se que o Estado tenha envolvimento em todas as etapas da produção, que será efetuada por meio de parcerias público-privadas. Um projeto de criação de uma empresa estatal de lítio será submetido ao Congresso. Enquanto este projeto não é examinado, a estratégia prevê que a CODELCO (Corporación Nacional del Cobre) negocie uma ampliação da participação do Estado em projetos de exploração do lítio que já estão em andamento na região de Atacama por parte das companhias privadas Albermale (estadunidense) e SQM (majoritariamente chilena, mas com cerca de 24% de participação acionária pela chinesa Tianqi Lithium).

Fontes: [La Razón](#), 21/3/2023; [Los Tiempos](#), 17/04/2023; [La Razón](#), 18/04/2023; [Gobierno de Chile](#), 20/04; [CNN en Español](#), 21/04.

Presidente colombiano pede reintegração da Venezuela à OEA e reformulação da Carta Democrática em discurso na organização

No dia 19 de abril, o presidente colombiano Gustavo Petro propôs, durante seu discurso diante do Conselho Permanente da OEA, que a Venezuela fosse reintegrada à organização e que um novo diálogo fosse estabelecido com Cuba para retornar a ela. Além disso, sugeriu que a Carta Democrática da instituição fosse refeita, de modo a proteger os direitos políticos

de líderes eleitos pelo voto popular e abranger outros direitos além dos previstos, como o das mulheres e os ambientais. Um dos requisitos para integrar à OEA é ser um Estado democrático e a sugestão de Petro se dá em um contexto em que as credenciais democráticas da Venezuela foram revogadas pela organização. Em sua fala, o mandatário defendeu que, nos últimos tempos, os países da região têm entrado em contradição com os valores fundadores da instituição, e citou o caso do ex-presidente peruano Pedro Castillo, pois entende que os direitos políticos dele foram violados durante a crise política no Peru. Quando Petro abordou a questão peruana durante seu discurso, o representante do Peru presente na reunião do Conselho levantou e deixou seu assento vazio em sinal de protesto à sua fala. Ademais, Petro também alegou que Nicolás Maduro, presidente venezuelano, garantiu a ele a intenção de reincorporar o país à OEA. O presidente colombiano tem utilizado fóruns e reuniões internacionais para defender a reintegração venezuelana.

Fontes: [Semana](#), 19/04/2023; [El Nacional](#), 19/04/2023; [El Espectador](#), 19/04/2023; [El Tiempo](#), 19/04/2023; [Semana](#), 22/04/2023.

Petro promove trocas ministeriais em meio a tensão com ELN e aproximação com Venezuela

No dia 26 de abril, o presidente colombiano Gustavo Petro anunciou a maior reformulação da sua equipe ministerial, que estava no poder há cerca de nove meses. Entre as trocas de ministros, destacou-se a substituição do então Ministro da Fazenda José Antonio Ocampo, que havia sido escolhido como uma forma de aceno ao mercado, por Ricardo Bonilla, que atuou como secretário do Tesouro de Bogotá na época em que Petro foi prefeito da cidade. Além desta, outras pastas sofreram substituições, como a da Agricultura, Interior, Saúde, Ciência, Tecnologia e Informação e Transporte. A reforma foi um sinal de mudança geral no governo, por se tratar de uma decisão política que encerrou a coalizão formada entre o Pacto Histórico, três partidos nacionais (La U, o Liberal e o Conservador) e a Alianza Verde. Um dos principais motivos que levaram à reformulação ministerial foi a proposta de reforma no sistema de saúde, em que Petro pretende diminuir o papel das Entidades Promotoras de Saúde (intermediárias privadas entre o Sistema Geral de

Saúde do país e a população) e aumentar o papel do órgão que administra os recursos publicamente, com o intuito de reduzir as disparidades territoriais no acesso ao serviço. Apesar do projeto ter sido aprovado na Câmara dos Deputados na primeira das quatro votações necessárias, isto ocorreu com uma pequena margem de vantagem, pois alguns congressistas de partidos políticos que possuíam representação no governo optaram por não apoiar. Ainda no âmbito doméstico, o projeto de “Paz Total” de Petro tem enfrentado tensões, após um ataque, no final de março, ter sido promovido pela guerrilha Exército de Libertação Nacional (ELN), levando a um entrave das conversas. Ao mesmo tempo, no cenário internacional, o governo Petro organizou uma conferência internacional para tratar das negociações entre situação e oposição venezuelanas. Juan Guaidó, opositor de Nicolás Maduro, chegou a aterrissar no país de forma irregular para participar do encontro. Contudo, a conferência não havia convidado representantes de nenhuma das partes, e Guaidó foi obrigado a ir para Miami, por não possuir a documentação necessária para permanecer na Colômbia.

Fontes: [Folha de S.Paulo](#), 26/04/2023; [Carta Capital](#), 26/04/2023; [El País](#), 26/04/2023; [CNN en Español](#), 26/04/2023; [El Tiempo](#), 26/04/2023.

Após ter moção de vacância negada, Dina Boluarte militariza a fronteira com Chile

Em 4 de abril, houve a votação, no Congresso peruano, da primeira moção de vacância apresentada em 25 de janeiro para destituir a Presidente Dina Boluarte, por alegação de incapacidade moral. Bancadas de esquerda, representadas pelo Perú Democrático, Perú Libre e Cambio Democrático, promoveram o pedido, responsabilizando a Presidente pelas mortes de manifestantes contra seu governo, iniciado após a destituição do ex-Presidente Pedro Castillo. O documento ressalta o uso indevido e desmedido da força por parte das Forças Armadas e da Polícia Nacional. Além disso, as manifestações no país pediam pela renúncia de Boluarte, pelo fechamento do Congresso, por uma nova Constituição e pela libertação do ex-Presidente Castillo. O processo de votação obteve o mínimo de votos necessários para a negação da moção, sendo 37 votos a favor, 64 contra e 10 abstenções. As bancadas de direita e de centro não se mobilizaram em prol da iniciativa. Destacaram-se

os votos contrários da Fuerza Popular, Renovación Popular, Avanza País, Alianza para el Progreso, Acción Popular e Somos Perú. Após o resultado de sobrevivência à moção de vacância, Dina Boluarte declarou emergência na zona de fronteira entre Tracna e Arica, em 28 de abril. Para controlar o fluxo de imigrantes haitianos, venezuelanos e colombianos, foram enviados militares à fronteira do Peru com o Chile.

Fontes: [Infobae](#), 28/03/2023; [La República](#), 04/04/2023; [El Comercio](#), 06/04/2023; [El Comercio](#), 28/04/2023; [La República](#), 29/04/2023.

Governo venezuelano reforça laços com parceiros internacionais

O mês de abril foi movimentado em termos de encontros e negociações bilaterais na Venezuela. O presidente do país, Nicolás Maduro, bem como representantes do seu governo, se reuniram com parceiros internacionais como forma de reforçar e aprofundar os laços diplomáticos. O primeiro de tais encontros se deu em 5 de abril, quando o chanceler venezuelano, Yván Gil, recebeu um representante da Guiné Bissau, Soares Sambú, e assinaram um conjunto de 15 acordos em termos de agricultura, obras públicas, mineração, dentre outros. Já em 16 de abril, o ministro do petróleo venezuelano, Pedro Rafael Tellechea, e seu homólogo iraniano, Javad Oji, firmaram memorandos de entendimento visando reforçar a cooperação na área energética. No dia 18 de abril, o chanceler russo, Sergey Lavrov, aterrissou no país para selar mais acordos com a nação, os quais foram focados na arena petroleira, mas também em medicamentos, agricultura, medicina, tecnologia, cultura e educação. No dia 19 de abril foi a vez de Luis Arce, presidente boliviano, viajar à Venezuela, com a finalidade de participar de uma reunião da III Comissão de Integração Conjunta, a qual resultou na assinatura de 13 acordos nas áreas de educação, saúde, gás, mineração, cultura, energia e petróleo, entre outros. Por fim, o dia 25 de abril foi agitado para a diplomacia venezuelana: nos termos do relacionamento com a Colômbia, Bogotá sediou a Conferência Internacional sobre o Processo Político na Venezuela, buscando prosseguir as conversas multilaterais para incentivar maior diálogo entre o governo e a oposição; ademais, houve a recepção, por parte de Maduro, do embaixador do Brasil para as mudanças climáticas, Luiz Alberto Figueiredo. No encontro, buscaram repassar as agendas ambientais dos dois Estados e preparar o terreno para a 4ª cúpula de presidentes membros do Organização do Tratado

de Cooperação Amazônica (OTCA).

Fontes: [Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores](#), 05/04; [El Nacional](#), 16/04; [El Nacional](#), 18/04; [El Nacional](#), 20/04; [El Nacional](#), 25/04; [Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores](#), 25/04.

Conferência sobre a Venezuela ocorre em Bogotá

Em 25 de abril, ocorreu em Bogotá, na Colômbia, a Conferência Internacional sobre o Processo Político na Venezuela. O evento foi idealizado pelo presidente colombiano Gustavo Petro, que, durante a abertura, destacou a necessidade de um calendário eleitoral para a Venezuela e o levantamento das sanções econômicas que alguns países impõem ao país. Estiveram presentes delegações de cerca de vinte países, incluindo México, Noruega, EUA e União Europeia. Pelo governo do Brasil, esteve presente o assessor para assuntos internacionais da Presidência da República, Celso Amorim. A Conferência foi concluída com as seguintes recomendações para solucionar a crise política na Venezuela: organização de eleições presidenciais livres, suspensão das sanções por parte dos Estados Unidos e retomada do diálogo entre governo e oposição, que vinham ocorrendo em 2022 no México. Gustavo Petro já havia solicitado o fim das sanções ao presidente estadunidense Joe Biden, em viagem realizada no dia 20 de abril aos EUA. Jon Finer, vice-conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, que participou da Conferência no dia 25 de abril, afirmou que os EUA estão dispostos a suspender as sanções, desde que sejam organizadas eleições livres e justas na Venezuela. A Conferência não teve participação do governo e da oposição venezuelanos, mas alguns dias antes, Gerardo Blyde, líder da Plataforma Unitária – que reúne os principais partidos de oposição da Venezuela –, se reuniu com Gustavo Petro. Por fim, vale mencionar que a Conferência foi antecedida por um incidente envolvendo o autoproclamado presidente Juan Guaidó. No dia 24 de abril, Guaidó entrou em território colombiano, mas foi expulso e embarcou para um voo em direção a Miami, nos EUA. O Ministério de Relações Exteriores colombiano declarou que sua entrada no país foi ilegal e que ele será processado.

Fontes: [G1](#), 20/04/2023; [O Globo](#), 21/04/2023; [Efecto Cocuyo](#), 22/04/2023; [Efecto Cocuyo](#), 25/04/2023; [Efecto Cocuyo](#), 25/04/2023; [Efecto Cocuyo](#), 25/04/2023; [O Globo](#), 25/04/2023; [Estadão](#), 25/04/2023; [Efecto Cocuyo](#), 25/04/2023; [El Tiempo](#), 25/04/2023.

Partido Colorado se mantém no poder com eleição de Santiago Peña à presidência do Paraguai

No dia 30 de abril, Santiago Peña, da Associação Nacional Republicana, também conhecida como Partido Colorado, foi eleito presidente do Paraguai para um mandato de 5 anos. Uma corrida eleitoral marcada pela imprevisibilidade do resultado foi finalizada com Peña conquistando 42% dos votos, enquanto a oposição ficou dividida entre dois candidatos: Efraín Alegre, que terminou com 27% dos votos, e Payo Cubas, com 22% dos votos (dados de 99% das urnas apuradas). Santiago Peña é um economista e político paraguaio que atuou como Ministro da Fazenda durante o governo de Horacio Cartes. O ex-presidente é, inclusive, uma força política importante na eleição de Peña, que representa a ala cartista do Partido Colorado. Em discurso de vitória, o economista ressalta que a união e consenso serão fundamentais nos próximos anos: “Apelo à unidade e ao consenso. Chegou o momento de adiar as divergências”, disse Santiago Peña. Durante as eleições, a oposição teve o desafio de cessar o período de mais de 70 anos de hegemonia do Partido Colorado no Paraguai, que só havia sido interrompido por Fernando Lugo, em 2008. Com esse objetivo, em julho de 2022, foi estabelecida a coalizão representada por Efraín Alegre nas eleições, a Concentração Nacional para um Novo Paraguai, entre partidos de direita, esquerda e centro, que incluía o terceiro candidato mais votado da eleição, o ex-senador Payo Cubas. Todavia, às vésperas das inscrições de chapas para as eleições internas, em agosto de 2022, o partido de Cubas, Cruzada Nacional, desvinculou-se da aliança e anunciou, mais tarde, sua candidatura à presidência. Cubas é uma figura polêmica na política paraguaia, que foi destituído do cargo de senador em 2019, quando agrediu agentes policiais e incitou violência contra brasileiros, mas ganhou notoriedade por se apresentar como antissistema em um momento de desgaste da máquina pública no Paraguai. Durante a campanha, pesquisas apontavam para uma polarização mais equilibrada entre Santiago Peña e Efraín Alegre, o que deixava o resultado das eleições imprevisível. No período, temas como corrupção e alternância de poder foram centrais, mas também dividiram espaço com questões de política externa que são caras a grupos da população paraguaia. As relações históricas entre Paraguai e Taiwan dividiram os dois principais candidatos. Santiago Peña prometeu manter os laços com Taiwan. O Paraguai é o único país da América do Sul que reconhece Taiwan e é o maior aliado taiwanês. Todavia, Peña terá que manejar as

crescentes pressões do agronegócio, que defende que o país, com produção majoritariamente agrícola, amplie laços com a China em detrimento das relações com Taiwan para obter ganhos comerciais, posição compartilhada por Alegre. Outra grande questão na qual, desta vez, os então candidatos convergiram, é a renegociação do Anexo C do tratado de criação de Itaipu Binacional de forma que seja mais favorável ao Paraguai. As deliberações entre Brasil e Paraguai para a revisão do Anexo C, que estabelece as bases financeiras e de serviços da usina, estão previstas para acontecer no segundo semestre de 2023, após a posse de Santiago Peña.

Fontes: [Honorable Cámara de Senadores de la República del Paraguay](#), 29/11/2019; [Última Hora](#), 17/08/2022; [Hoy](#), 07/02/2023; [ABC](#), 27/04/2023; [La Nación](#), 29/04/2023; [La Nación](#), 30/04/2023; [ABC](#), 01/05/2023; [ABC](#), 02/05/2023.

Chanceler russo realiza viagem estratégica à América Latina

Dando continuidade à tentativa de reinserção internacional da Rússia, após o estremecimento gerado pelo conflito russo-ucraniano, Sergey Lavrov, chanceler russo, realizou uma sequência de visitas a países da América Latina. Brasil, Venezuela, Cuba e Nicarágua foram os países escolhidos para preencher a agenda do chanceler. No Brasil, Lavrov se reuniu com o chanceler Mauro Vieira, no dia 17 de abril, e ambos discursaram em consonância sobre uma resolução duradoura ao conflito entre Rússia e Ucrânia, ainda que não tenham sido detalhadas propostas concretas. O encontro repercutiu também a ida de Celso Amorim, atual assessor especial do presidente Lula da Silva, para Moscou no início de abril, a fim de reunir-se com Vladimir Putin. Já na Venezuela, nos dias 18 e 19, Lavrov se encontrou diretamente com o presidente Nicolás Maduro e teceu fortes elogios ao país, com destaque para a alegação de que “são louváveis as iniciativas de traçarem seus próprios caminhos de maneira independente”. Por sua vez, o foco da visita à Nicarágua entre 19 e 20 de abril ficou por conta das demonstrações de apoio ao presidente Daniel Ortega, que hoje exerce uma liderança fortemente centralizada e repressora. A viagem diplomática se encerrou com a passagem por Cuba, nos dias 20 e 21 de abril, onde Raúl Castro e Díaz-Canel, respectivamente o conselheiro do Partido Comunista de Cuba e o atual presidente do país, receberam Lavrov de maneira muito amistosa e declararam estar juntos na luta contra a concepção hegemônica de poder dos EUA. Apesar de nenhuma

das visitas ter resultado em acordos oficiais, o aprofundamento das relações bilaterais pode ser exemplificada com a visita de líderes da Duma Federal, a câmara baixa russa, à Cuba, no fim do mês, a fim de dar prosseguimento ao diálogo iniciado por Lavrov.

Fontes: [TASS](#), 04/04/2023; [TASS](#), 17/04/2023; [TASS](#), 20/04/2023; [TASS](#), 20/04/2023; [The Moscow Times](#), 20/04/2023; [TASS](#), 29/04/2023.

China retoma diálogo com presidente ucraniano e nomeia enviado especial

Desde o mês de fevereiro de 2023, quando o governo chinês apresentou um plano de paz com o objetivo de alcançar um cessar fogo entre Rússia e Ucrânia, os diplomatas do país vêm atuando em diversas frentes para construir pontes para que os dois países retomem as negociações, entretanto sem sucesso. Durante a visita de Emmanuel Macron, presidente da França, e Ursula von der Leyen, ocorrida em 05 de abril, ambos incentivaram que o presidente Xi Jinping fizesse uma ligação para o seu homólogo ucraniano Volodymyr Zelensky para tratar da proposta de mediação, apresentada em fevereiro. No dia 25 de abril, a porta-voz do ministério de relações exteriores, Mao Ning, declarou que a China respeita a soberania e a integridade territorial das ex-repúblicas soviéticas e que esse posicionamento segue inalterado. Em 26 de abril, foi realizada a chamada telefônica entre o presidente chinês e ucraniano, na qual trataram de questões sensíveis para que o diálogo russo-ucraniano seja reestabelecido. Esse foi o primeiro contato entre os dois governantes desde o início do conflito, interrompido pela Ucrânia após o início da operação militar russa contra seu território, e justificado pelo fato da diplomacia chinesa seguir mantendo relações com a Rússia. Agora, a linha de diálogo entre os estadistas foi retomada pela expectativa de que a proximidade entre Xi Jinping e Vladimir Putin possa trazer resultados frutíferos para interromper o conflito, que já se prolonga por quatorze meses. O governo chinês nomeou seu antigo vice-ministro de Relações Exteriores, Li Hui, como enviado especial para a Ucrânia a fim de mediar o diálogo entre os países. Li Hui tem boas relações com Putin, tendo servido como embaixador chinês em Moscou entre 2009 e 2019, e sua nomeação foi vista com apreço pelo Ministério de Relações Exteriores russo. Essa é a primeira vez que uma iniciativa de mediação é bem recebida pelos governos de Moscou e de Kiev. Em contrapartida, o líder ucraniano declarou reconhecer o princípio de ‘Uma China’, agradeceu a ajuda humanitária enviada

pelo governo chinês e indicou Pavel Ryabikin para a posição de embaixador da Ucrânia em Pequim, cargo sem titular desde fevereiro de 2021.

Fontes: [SouthChinaMorningPost](#), 06/04/2023; [Xinhua](#), 07/04/2023; [South China Morning Post](#), 26/04/2023; [Xinhua](#), 27/04/2023, [Diário do Povo](#), 27/04/2023.

África do Sul ameaça se retirar do Tribunal Penal Internacional

Em 25 de abril de 2023, o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, anunciou a intenção do seu partido, o Congresso Nacional Africano, de iniciar procedimentos para revogar a participação do país no Tribunal Penal Internacional (TPI). A decisão tomada pelo comitê executivo do partido veio apenas dois dias depois de o parlamento sul-africano por fim a um longo processo de discussão sobre a possível denúncia do Estatuto de Roma, o tratado constitutivo do TPI, processo este que também havia sido iniciado pelo partido do presidente. Esta decisão foi tomada também um mês depois de o TPI expedir um mandado de prisão contra o presidente russo, Vladimir Putin, em razão de crimes praticados durante a invasão à Ucrânia. Caso o presidente russo de fato viajasse à África do Sul para o encontro dos BRICS em agosto de 2023, como foi convidado, esta seria sua primeira viagem internacional desde a expedição do mandado de prisão e autoridades sul-africanas teriam, sob regras do Estatuto de Roma, o dever legal de prendê-lo. Logo em seguida ao anúncio, no entanto, o gabinete do presidente anunciou que a África do Sul permaneceria parte do TPI, apesar de outras autoridades do governo, como o ministro da justiça, Ronald Lamola, seguirem criticando o tribunal. As idas e vindas com relação ao tema se devem, de acordo com especialistas, tanto a críticas históricas de países africanos ao TPI por sua ênfase em investigar crimes no continente, em detrimento de violações de direitos humanos cometidas em outras regiões, quanto aos esforços do governo sul-africano de manter uma relação próxima com a Rússia, mesmo no contexto atual em que uma ampla coalizão liderada por EUA e Europa busca isolar o líder russo em resposta à invasão da Ucrânia.

Fontes: [Reuters](#), 25/04/2023; [FinancialTimes](#), 25/04/2023; [Político Europe](#), 26/04/2023; [Al Jazeera](#), 03/05/2023.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, dois grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

